

CLIFFORD, James; MARCUS, George. A escrita da cultura: poética e política da etnografia. Tradução de Maria Claudia Coelho. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens/edUFRJ, 2016. 388p

PAULO RICARDO MÜLLER

Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, Rio Grande do Sul, Brasil

DOI 10.11606/issn.2316-9133.v28i1p302-307

A opção pelo título “A escrita da cultura: poética e política da etnografia” para traduzir o título do famoso *Writing culture: poetics and politics of ethnography*, organizado por James Clifford e George Marcus, é sintomática do *gap* de trinta anos entre o original, de 1986, e sua necessária, ainda que tardia, publicação em português, em 2016. Resultado de um “seminário de estudos avançados” realizado na Universidade da Califórnia em Santa Fé, a publicação original buscou traçar um panorama do que e como a antropologia vinha produzindo textualmente, colocando os autores na mesma esteira das referências que criticam e historicizam. Ou seja, os autores das reflexões que compõem o volume se posicionam no presente como produtores de textos e discursos tanto quanto os antropólogos, historiadores, biógrafos, tradutores e cientistas que tomam como objetos, diferindo deles, no entanto, pela busca de novas e experimentais estratégias de escrita e de inscrição de experiências vividas na etnografia. O título brasileiro parece dar por estabelecido o tempo e o lugar da discussão do livro, considerando-o um compêndio sobre um objeto definido – “a escrita” - e não sobre a prática em que consiste “escrever”, ou seu gerúndio “escrevendo”, como expressaria uma tradução mais literal.

De fato, a discussão sobre a escrita etnográfica e as potenciais experimentações etnográficas na forma de textos com estruturas e linguagens não convencionais teve seu auge no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, como atesta o livro *Anthropology as cultural critique: an experimental moment in the human sciences*, de George Marcus e Michael Fischer. A recepção deste debate no Brasil atenuou o potencial impacto dessas obras tratando suas críticas à autoridade, à ficcionalidade e ao realismo etnográficos das monografias fundadoras da disciplina como um “barulho pós-moderno” (TRAJANO FILHO, 1988) ou como uma mera “política do texto” (CALDEIRA, 1988, p. 143). Ao mesmo tempo, o interpretativismo preconizado por Geertz, largamente reconhecido como pedra de toque do debate proposto pelos autores de *A escrita da cultura*, foi incorporado como importante

componente da matriz disciplinar da antropologia brasileira (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1985).

Ironicamente, a reflexão sobre a escrita etnográfica parece ter influenciado novas gerações de antropólogos a prestarem maior atenção às dinâmicas de inserção em campo, mais do que a adotarem estilos ou estratégias literárias distintas da escrita acadêmica tradicional. Ou seja, passou-se a analisar mais criticamente não aquilo que os textos antropológicos clássicos revelam, mas aquilo que ocultam sob o manto da objetividade científica: as negociações da posição do etnógrafo na sociedade pesquisada e suas condições intersubjetivas de observação e interação. A fonte mais emblemática da relevância e necessidade dessa nova tendência é *Os Nuer*, de Evans-Pritchard, sobretudo devido à cisão entre a narrativa da inserção em campo contida na introdução, e o discurso sobre o caráter dos Nuer no restante da obra.

Renato Rosaldo (“Da porta de sua tenda: o etnógrafo e o inquisidor”) compara a escrita de Evans-Pritchard em *Os Nuer* com a do historiador Emmanuel Le Roy Ladurie em *Montaillou: the promised land of error*, sobre a vida cotidiana em uma aldeia ocitana considerada herege pela inquisição no início do século XIV. Rosaldo sugere que a estratégia textual de Evans-Pritchard se baseia na cisão entre o registro – o trabalho de campo – e a análise dos dados – o trabalho de gabinete – a partir da concepção de que o segundo não é afetado pelas mesmas pressões e vicissitudes do primeiro. Assim como Le Roy Ladurie ao ler os relatos dos inquisidores sobre Montaillou, Evans-Pritchard também pontua as limitações e condições subjetivas e objetivas de produção de seus próprios relatos, indicando, porém, se tratar de questões inerentes à ação humana de observar e não peculiaridades suas, procedendo, assim, à validação não somente dos dados coletados em campo mas também de suas generalizações e abstrações.

Mary Louise Pratt (“Trabalho de campo em lugares comuns”) caracteriza o relato de Evans-Pritchard sobre suas atribulações para conseguir fazer observações entre os Nuer como um “autorretrato narrativo” a partir do qual se situa em uma tradição de exploradores europeus na África afetados pela irracionalidade do outro e por seu próprio apego aos valores civilizacionais. Resulta desse conflito um estilo de escrita que repete fórmulas da literatura de viagem que o afastam do modelo mais condescendente de escrita etnográfica caudatário de Bronislaw Malinowski e Raymond Firth. Pratt demonstra, assim, que o reconhecimento de textos como propriamente etnográficos não se baseia unicamente em critérios de fidedignidade, verossimilhança ou comprobabilidade dos dados, mas pela capacidade de validar experiências semelhantes em “lugares comuns”, não somente no sentido geoespacial de lugar, mas também de reiterações de *tropos* ou fórmulas literárias para se referir a esses lugares.

O reconhecimento dessas dimensões do trabalho antropológico, ocultadas pelo cientificismo do discurso disciplinar, levam os autores a exacerbar exemplos de imersão na subjetividade do outro. Exemplo disso seria o livro *Nisa: the life and words of a !Kung woman*, no qual a autora, Marjorie Shostak troca a descrição pormenorizada da estrutura e da

organização social das comunidades !Kung pela descrição da história de vida de uma única mulher, Nisa. O relato da vida de Nisa por Shostak é apontado como “um dos mais bem sucedidos experimentos recentes na re-humanização da escrita etnográfica” (PRATT: 2016, p. 82), e subsidiou, junto com as descrições mais gerais dos povos caçadores-coletores do Botswana, a fundação do Kalahari Peoples Fund, um fundo de apoio à defesa dos interesses dos grupos chamados bosquímanos (*bushmen*).

Clifford (“Sobre a alegoria etnográfica”) dedica várias páginas de seu capítulo à análise do livro de Shostak, sugerindo que sua opção por concentrar a coleta de dados junto a uma única mulher revela tendências mais amplas à ruptura com o modelo de descrição etnográfica focado na estrutura e na organização social. Desde narrativas sobre sua chegada à noite e sem comitivas de recepção, até a caracterização de sua relação com Nisa como uma busca por conhecimento pessoal sobre “o que é ser mulher” em outras culturas para entender melhor o que isso significa em sua própria, mostram que Shostak produziu sua etnografia sob uma “estrutura de sentimento” (conceito de Raymond Williams) inovadora e propositiva, fundamentalmente diferente de etnografias mais tradicionais que viam nos modelos nativos de organização social formas de convívio já “perdidas” pela civilização ocidental em seu processo de industrialização. Mais uma vez, é *Os Nuer* que ilustra essa tendência, sobretudo pela descrição de sua organização política como uma “anarquia sedutoramente harmoniosa”, que para Clifford expressa uma idealização de formas arcaicas da sociedade anglo-saxã por Evans-Pritchard.

Mais de trinta anos após sua publicação original *A escrita da cultura* não parece ter influenciado o fazer antropológico contemporâneo em direção a um maior experimentalismo literário, mas a atentar para a dimensão ética do e no trabalho de campo. Um texto emblemático dessa “revelação” dos bastidores e precondições do trabalho de campo etnográfico é *Jogo profundo* de Clifford Geertz, sobre sua inserção em campo através da participação no universo da briga de galos em Bali. Vincent Crapanzano (“O dilema de Hermes: o disfarce da subversão na descrição etnográfica”) justapõe o texto de Geertz ao relato de uma cerimônia de iniciação de meninos à vida adulta dos índios Mandan, produzido pelo pintor e explorador George Catlin nos Estados Unidos no século XIX, e à descrição do carnaval romano de Johann Wolfgang von Goethe em um livro do final do século XVIII. Crapanzano argumenta que Geertz, com o intento de conferir “vivacidade” a seu relato, recorre à primeira pessoa do plural e à analogia com obras literárias clássicas do pensamento anglo-saxão para engajar o leitor em sua experiência pessoal com os balineses, gerando uma familiaridade com o referencial pessoal do etnógrafo que torna autoevidentes determinadas fórmulas para se referir aos balineses de modo genérico (“eles”) e às cenas e eventos que testemunhou. A eficácia da descrição etnográfica de Geertz, e o sucesso de seu texto na comunidade antropológica, deve-se, nesse sentido, a sua capacidade de produzir um senso de distância subjetiva do leitor de etnografias em relação aos sujeitos de que fala – os balineses – similar à suposta distância subjetiva entre o leitor contemporâneo de literatura de viagens e os fatos relatados por Goethe e Catlin em séculos passados.

Por outro lado, como anuncia Clifford no ensaio introdutório, intitulado “Verdades parciais”, uma das intenções do debate foi “abalar as bases a partir das quais pessoas e grupos representam com segurança os outros” (p.56). Ou seja, também trata-se de um chamado à responsabilidade de antropólogos e demais profissionais e campos dedicados à produção de *representações* – “a fotografia, o cinema, as teorias da performance, o documentário, o romance não ficcional, o ‘novo jornalismo’, a história oral e diversas formas de sociologia” (p. 53) – pela forma como caracterizam determinadas sociedades, grupos e identidades a partir de suas experiências discretas de interação com essas realidades “outras”. O capítulo de Stephen Tyler, “A etnografia pós-moderna: do documento do oculto ao documento oculto” é citado tanto na introdução de Clifford quanto em outros capítulos como seminal dessa discussão. Tyler recorre a Habermas, Lyotard e Derrida para definir a etnografia pós-moderna como um tipo de narrativa sempre fragmentária, ou que ao menos reconhece-se como tal intrinsecamente, diferente das etnografias modernistas – da primeira metade do século XX – que se apresentavam como metanarrativas do outro, ou seja, como representações de totalidades socioculturais, não apenas em um sentido geopolítico – pensando os “povos” estudados como unidades a um só tempo territoriais, étnicorraciais e etnolinguísticas – mas também em um sentido existencial – pensando os sujeitos analisados como unidades de coerência entre os aspectos moral, psíquico, religioso e político.

Tyler, secundado pelo restante dos participantes do debate, sugere que etnógrafos devem, antes de mais nada, reconhecer e explicitar as limitações do alcance de suas interpretações, de modo a não pretender explicar ou “representar” sociedades, mas “evocar” experiências e “particularidades reveladoras, a partir das quais tentamos prognosticar aquela unidade mais ampla que vai além da textualização explícita” (p. 194). É o transbordamento desse raciocínio aplicado especificamente a uma consciência etnográfica para uma consciência mais geral que, eventualmente, atrai para o livro e o debate que propõe o rótulo de pós-moderno ou pós-modernista.

Confirmamos, em nossas etnografias, nossa consciência da natureza fragmentária do *mundo pós-moderno*, pois nada define tão bem nosso mundo quanto a ausência de uma alegoria sintetizadora, ou talvez se trate apenas de uma paralisia de escolha, provocada por nosso conhecimento do estoque inesgotável de tais alegorias, que nos faz recusar o momento de totalização estética, a história das histórias, o todo hipostasiado (p.195, destaque meu).

Apesar do truísmo destacado nesse trecho, os ensaios que compõem *A escrita da cultura* não se dedicam a destrinchar o “nosso mundo” ou o mundo especificamente “pós-moderno” a que se referem, deixando não-ditos sobre seus próprios pressupostos: seria esse mundo o dos antropólogos? Dos norte-americanos, talvez? Ou se referem ao mundo como um todo mesmo, e o “nós” se refere à humanidade? Quando o mundo passou a ser pós-

moderno ou é sua natureza própria e imutável? O que os ensaios sim fazem é explicitar o modo como certezas são textualizadas, transferindo ao leitor a competência de conectá-las com intenções e panos de fundo históricos, socioculturais e ideológicos que o permita situá-los em suas próprias experiências.

A relação com o leitor ganha destaque nos capítulos de Talal Asad (O conceito de tradução cultural na antropologia social britânica) e de Michael Fischer (“A etnicidade e as artes pós-modernas da memória”). O primeiro se debruça sobre a crítica de Ernst Gellner à indulgência com que antropólogos funcionalistas britânicos trataram as formulações das línguas nativas, tomando-as sempre como possuidoras de sentidos filosóficos mais profundos do que supostamente tinham em seu contexto original. Rebatendo Gellner, Asad não apenas mostra as fragilidades desse argumento, lembrando que a reflexão sobre conceitos usados no dia-a-dia também não é algo generalizado na cultura ocidental, mas reservada a especialistas. A suposta impostura de uma visão “iluminada” do antropólogo sobre o nativo não seria, assim, algo emergente dessa relação especificamente, mas da relação entre especialistas autorizados a interpretar linguagens e os usuários dessa linguagem em sentido mais amplo.

O segundo aborda os dispositivos literários acionados para demarcar símbolos de etnicidade em autobiografias de atores emblemáticos de comunidades indígenas, negras e de imigrantes chineses e irlandeses nos Estados Unidos. Os autores desse gênero literário, que ele chama de “autobiografias etnográficas” (p.271), teriam dado preferência a estratégias de escrita que mostrassem coerência em suas trajetórias pessoais como verdadeiros “representantes” de grupos sociais partícipes da sociedade norteamericana, remetendo a origens familiares étnicas, mas narrando, também, as atribulações geradas por itinerários conflituos de interação com o Estado e a sociedade nacional (esta, sempre pensada de modo relacional entre gerações e grupos que se consideram “mais americanos” que outros). Fazer parte de determinados grupos significa, nesse sentido, não apenas ter origens similares, mas operar mudanças e adaptações a novos contextos de acordo com uma ética considerada adequada para seu “tipo cultural”.

Por fim, George Marcus (“Problemas contemporâneos da etnografia no sistema mundial moderno”) e Paul Rabinow (“Representações são fatos sociais”) discutem as condições em que dados etnográficos prestam-se à formulação de questões macropolíticas. Marcus resenha o livro *Learning to labour: how working class kids get working class jobs*, de Paul Willis, mostrando sua estratégia de colar os dados etnográficos à materialidade da vida cotidiana de estudantes de escolas de bairros pobres, mostrando a validade do método etnográfico para o marxismo por oposição à tendência à abstração dessas mesmas condições por parte de macroteorias estatísticas ou idealtípicas das relações entre classes sociais, que representariam uma perspectiva burguesa e liberal. Rabinow, por sua vez, aborda o debate epistemológico que emerge da sociologia da ciência liderada por Michel Foucault e Pierre Bourdieu, em torno do uso da subjetividade tanto do pesquisador quanto de pesquisados como dado revelador de suas posições de poder em diferentes campos de atuação, na medida

em que articulam discursos mais ou menos reconhecidos como verdades consolidadas. Ambos, coadunando-se aos objetivos do debate da coletânea, mostram que tais reflexões resultam sobretudo de dilemas em torno de como escrever sobre estas questões, mais do que da natureza dos dados empíricos coletados em trabalhos de campo.

Referências Bibliográficas

- CALDEIRA, Teresa Rios Pires. A presença do autor e a pós-modernidade em Antropologia. *Novos estudos: CEBRAP*, vol. 2, n. 21, 1988, pp. 133-157.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Tempo e tradição: interpretando a Antropologia. *Anuário antropológico*, n. 84, 1985, pp. 191-203.
- CLIFFORD, James; MARCUS, George. A escrita da cultura: poética e política da etnografia. Tradução de Maria Claudia Coelho. Rio de Janeiro: Papeis Selvagens, EdUFRJ, 2016.
- TRAJANO FILHO, Wilson. Que barulho é esse, o dos pós-modernos? *Anuário antropológico*, n. 86, 1988, pp. 133-151.

autor **Paulo Ricardo Müller**

É professor da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Erechim. Possui mestrado em Antropologia Social pela Universidade de Campinas e doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Recebido em 16/05/2019

Aceito para publicação em 30/06/2019